

## Considerações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto um gênero de governança

### Considerations on the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) as a genre of governance

Henrique Campos Freitas<sup>1</sup>  
Universidade de Uberaba (UNIUBE)

[henrique1715@gmail.com](mailto:henrique1715@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0308-2895>

**Resumo:** Após diversas discussões do Conselho Nacional de Educação (CNE) para atender às metas estabelecidas para a melhoria da educação, de 2015 a 2017 foi elaborada uma Base Nacional Comum Curricular (conhecida como BNCC), a fim de definir o conjunto de aprendizagens que todos os alunos deveriam desenvolver no seu percurso escolar. Partindo disso, esta pesquisa teve como objetivo compreender a Base como um gênero situado de governança, identificando quais são os conhecimentos que estão sendo legitimados e, até mesmo, deslegitimados com a implementação da BNCC. A Base serviu, inclusive, como corpus de estudo, que teve as teorias da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) como abordagens teórico-metodológicas. Como resultados, foi possível identificar que o discurso produzido pela Base é um discurso de governança, pois, implicitamente, evidencia o foco das mudanças, que acontecerão por meio do enfoque nas aprendizagens essenciais, indicadas pelas competências e habilidades trabalhadas em cada componente curricular, voltadas para o mercado de trabalho. Esses valores estão acima, inclusive, da preocupação de manter o aluno na escola e criar as condições mínimas de estudo.

**Palavras-chave:** BNCC; Gênero de governança.

**Abstract:** After several discussions of the Brazilian National Education Council to meet the goals set for the improvement of education, from 2015 to 2017 a Brazilian

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Linguísticos (PosLin/UFMG). Docente no Programa de Mestrado Profissional em Educação: formação docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba (UNIUBE).

National Common Curricular Base (BNCC) was elaborated in order to define the set of learning that all students should develop in their school path. Based on that, this research aimed to understand the Base as a situated genre of governance, identifying what are the knowledge that are being legitimized and even delegitimized with the implementation of the BNCC. The Base served, inclusive, as corpus of study, which had the theories of Critical Discourse Analysis (CDA) and Systemic-Functional Linguistics (SFL) as theoretical and methodological approaches. As results, it was possible to identify that the discourse produced by the Base is a discourse of governance, because, implicitly, highlights the focus of the changes, which will happen through the focus on essential learning, indicated by the skills and abilities worked in each curriculum component, aimed at the labor market. These values are even above the concern to keep the student in school and create the minimum conditions for study.

**Keywords:** BNCC; Genre of governance.

## Considerações iniciais

Após diversas discussões do Conselho Nacional de Educação (CNE) para atender às metas estabelecidas para a melhoria da educação, de 2015 a 2017 foi elaborada uma Base Nacional Comum Curricular (conhecida como BNCC), a fim de definir o conjunto de aprendizagens que todos os alunos deveriam desenvolver no seu percurso escolar. Nesse sentido, de acordo com o MEC, o objetivo principal da Base é “ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito” (Brasil, 2020).

Nesse contexto, em 2021, estados e municípios tiveram que adequar seus currículos às normas que o documento apresenta, quanto aos conteúdos, as competências e as habilidades que deverão ser ensinadas, modificando, assim, a base curricular dos ensinos fundamental, médio e, até mesmo, os conteúdos presentes nos currículos do ensino superior nos cursos de formação de professores<sup>2</sup>. Entretanto, tais alterações entram em vigor, obrigatoriamente, em 2022.

Para Malanchen e Santos (2020) e Macedo (2014) por exemplo, a Base vai na contramão de qualquer política pedagógica que leve em consideração o papel do conhecimento científico na formação humana. Seguindo esses estudiosos, a Base não é currículo e muito menos um documento orientador para a construção de currículos; ela é uma tentativa de moldar a formação dos indivíduos por meio da retomada de concepções técnicas, industriais, administrativas, governamentais, motivados pela iniciativa privada, para formar “cidadãos padronizados”, preparados para o trabalho. Portanto, acreditamos ser necessário compreender, analisar e discutir a Base como gênero de governança a fim de analisar como ela apresenta a normatização da reforma curricular no Brasil.

Como objetivo principal, este estudo buscou compreender a Base como um gênero situado de governança, identificar quais são os conhecimentos que estão sendo legitimados e, até mesmo, deslegitima-

<sup>2</sup> Conforme a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

dos com a implementação da BNCC por meio das concepções teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Sistêmico-Funcional. Portanto, a versão final da BNCC serviu como *corpus* deste estudo, sendo analisada pelo viés crítico e sistêmico-funcional, conforme apresentado.

Vale ressaltar que este artigo apresenta resultados da pesquisa de doutorado do(a) autor(a), que, ao longo do texto, buscou dialogar teoria e prática a fim de aproximar o leitor com a pesquisa e os resultados dela.

Pensando nisso, a próxima seção traz concepções sobre os gêneros do discurso a fim de traçar o caminho percorrido para atingir o objetivo proposto.

## Noções sobre os gêneros do discurso

Segundo os estudos linguísticos, é por meio da linguagem que manifestamos nossos interesses, ideias, pensamentos e posicionamentos. Ela carrega consigo os potenciais discursivos, representados por meio dos enunciados, que vão se engendrando em quaisquer campos da atividade humana. Esses enunciados constituem o emprego da língua, seja oral ou escrita, pelos indivíduos que a utilizam para determinadas finalidades.

Partindo desse pensamento, é possível perceber que cada um, ao seu modo, compartilha valores, conhecimentos, ideologias, via linguagem, por meio de escolhas lexicogramaticais. Assim, para Halliday (1978a), a linguagem possui um sistema de significados que constrói a realidade de uma sociedade, por meio do seu contexto, por meio da sua cultura, a partir de uma interpretação do sistema social.

De acordo com Halliday (1978a, p. 2),

A linguagem não é constituída por frases, mas por texto ou discurso - a troca de significados em contextos interpessoais de um tipo ou de outro. Os contextos em que significados são trocados não são desprovidos de valor social; um contexto de fala é em si um construto semiótico, tendo uma forma (derivada da cultura) que permite aos participantes prever características do registro predominante - e, portanto, entender uns aos outros à medida que avançam.

Na visão de Halliday (1978a), a linguagem é um modo semiótico que constitui uma cultura que codifica uma realidade social a fim de representar os próprios valores e papéis, estabelecendo e transmitindo os sistemas compartilhados dentro dessa estrutura social. Isso só é possível porque existem componentes textuais que combinam, segundo ele, significados textuais, ideacionais e interpessoais que são efetivados dentro de contextos específicos.

Portanto, é por meio de textos que conseguimos analisar os signos que são motivados e escolhidos para atingir determinada finalidade, dentro de um contexto de situação, com a finalidade de executar uma função social (ou mais funções) em uma cultura. Assim, o “discurso” representa categorias sociais e o “texto” uma relação social específica no momento de sua produção ou reprodução (Hodge; Kress, 1988).

Em vista disso, os gêneros do discurso podem ser caracterizados como uma manifestação linguística a fim de representar as diferentes atividades humanas que utilizam a linguagem como centro

do processo comunicativo. Assim pensando, é importante observarmos que, ao produzirmos um enunciado, selecionamos um conteúdo (tema), um estilo de linguagem (escolhas lexicais e gramaticais, por exemplo) partindo de uma estrutura pré-estabelecida e já conhecida pelo falante.

O autor exponencial no assunto é o filósofo russo Mikhail Mikhailovich Bakhtin. O estudioso aponta que o uso da linguagem está relacionado aos diversos contextos em que os indivíduos estão expostos e precisam utilizá-la para se comunicarem. Com isso, faz-se necessário arquitetar a maneira pela qual buscaremos representar nossos desejos comunicativos. Assim, Bakhtin (2016, p. 12) apresenta que

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no *conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, os quais denominamos *gêneros do discurso* (grifo do autor).

Partindo desse pensamento, observamos que os gêneros são os resultados dos diferentes tipos de enunciados elaborados nas mais diversas situações de comunicação a fim de que atinjam propósitos específicos e, acima de tudo, representem a heterogeneidade discursiva do mundo comunicativo, cumprindo uma função sociocomunicativa.

A BNCC, como um documento de construção curricular, pode ser considerada como um gênero discursivo haja vista que suas características estruturais e sociais atingem o modo de agir em sociedade por meio do conteúdo, do estilo e da construção composicional elaborada para atingir um potencial semântico-discursivo específico por meio, é claro, do discurso. Vejamos o excerto (01).

(01)

[...] Também é preciso enfatizar que os **critérios de organização das habilidades** do Ensino Fundamental na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos **não devem ser tomados como modelo obrigatório** para o desenho dos currículos. Essa forma de apresentação adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a **clareza**, a **precisão** e a **explicitação** do que se espera que todos os alunos aprendam no Ensino Fundamental, fornecendo orientações para a elaboração de currículos em todo o País, adequados aos diferentes contextos (Brasil, 2018, p. 32, grifo nosso).

No excerto (01), é possível visualizar a preocupação dos enunciadores em dizer que todo o conteúdo apresentado pela Base não deve ser levado em consideração como um modelo obrigatório para a construção dos currículos brasileiros. Entretanto, o discurso é o contrário, pois, todo currículo que é proposto pelo documento deve apresentar: clareza, precisão e explicitação do que se espera dos alunos, nesse caso, do ensino fundamental atendendo às exigências e aos diferentes contextos do nosso país.

O que chama a atenção é que, partindo das três características apresentadas por Bakhtin (2006) - o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional -, é possível observar que os enunciados deflagram uma autoria na escrita em que se pode considerar a sua tese aceita. Assim, identificamos traços injuntivos dentro de um gênero “documento oficial” ou uma “lei” que é constituído por discursos governamentais, marcados pela obrigatoriedade de segui-los.

Nesse sentido, por mais que algumas escolhas lexicais e construções gramaticais presentes no enunciado dizem o que não deve ser feito, há, no mesmo texto, outras marcas que indicam o contrário: clareza, precisão e explicitação podem ser sinônimos de transparência, exatidão, perfeição e esclarecimento, respectivamente. De certa forma, na constituição desse gênero discursivo, a forma como o texto é posto para o interlocutor diz muito como deveremos conduzir nossas ações perante o outro, dentro da sociedade, pois o discurso da Base, nesse contexto, pode ser marcado pelo reforço do que deve ser feito.

Nos estudos dos gêneros, Bakhtin (2016) aponta que os gêneros do discurso são heterogêneos, o que dificulta caracterizá-los. Assim posto, podemos dizer que na BNCC há hibridizações (encaixamentos) das características de diversos textos materializados em um único, como dito, para atender os propósitos comunicativos do indivíduo. Os textos são criados e recriados a medida em que somos postos a contextos diferentes, podendo surgir diferentes gêneros.

À vista disso, os gêneros discursivos são marcados, linguisticamente, por enunciados não-neutros, mas que partem de um padrão específico de produção textual (ex.: a Base enquanto um documento normativo – segue uma estrutura formal -, mas com discurso ideológico, carregado de elementos linguísticos que o potencializa a produção de diversos significados semântico-discursivos).

Ao adotar tais pensamentos, diversos autores como Halliday e Hasan (1989), Eggins e Martin (1997), Fairclough (2001) e Martin e Rose (2008), têm trabalhos que compreendem a teoria do gênero pelo viés sistêmico-funcional e de análise crítica partindo dos pensamentos de Bakhtin. Com isso, a linguagem é considerada também como uma prática social desempenhando um papel dentro de contextos, seja ele de situação e de cultura.

Segundo Bakhtin (2006), quando produzimos um texto, imprimimos nosso ponto de vista, criando uma imagem discursiva que delimita a nossas escolhas, as nossas interpretações e intenções. Dessa forma, o gênero escolhido também nos sugere os tipos de vínculos composicionais e os tipos textuais que foram utilizados que, no caso do excerto analisado, apresentam possibilidades, mesmo que a Base já tenha a obrigação de ser implementada.

Assim, os gêneros discursivos, em uma perspectiva de análise crítica, estão relacionados aos significados acional e representacional na visão de Fairclough (2003) visto que são esses que analisam o discurso como modo de interação e como representação. É possível afirmar que não deveria haver uma análise do discurso e dos gêneros sem uma base linguística porque são os elementos que constituem o texto que indicam e direcionam o posicionamento discursivo e desvelam as vozes que estão imbricados na produção textual.

Nesse viés, o significado acional e o significado representacional para a análise dos gêneros são, segundo Fairclough (2003, p. 65), “[...] o aspecto especificamente discursivo de modos de agir e interagir no curso de eventos sociais “. Assim, os gêneros só são compreendidos quando as práticas sociais são projetadas no texto, materializando o discurso dentro daquele contexto específico de produção acionando certas ações, propósitos, pensamentos, representando grupo(s) específico(s) que corroboram com tais enunciados.

Portanto, na próxima seção, apresentamos o desdobramento dos estudos sobre gênero para levar à concepção dos gêneros de governança.

## Gêneros situados e gêneros de governança

É importante discutir acerca dos gêneros dentro dos estudos da linguagem, pois são eles quem materializam os discursos no âmbito social, levando-nos a considerar, em uma análise do discurso, as questões linguísticas, mas, principalmente, as questões sociais. Portanto, na concepção de Fairclough (2003) de gênero situado e gênero de governança, um gênero situado é aquele que a situação, o contexto, é quem direciona o modo de construção textual, levando em consideração a intencionalidade do agente social.

Dessa forma, diante o exposto sobre o histórico educacional do país e a implementação da BNCC, faz-se importante dizer que o documento da Base pode ser considerado um gênero situado por ser construído com propósitos comunicativos específicos diante da conjuntura sociopolítica atual, partindo de um tipo relativamente estável de enunciado (aquele que determina certos posicionamentos).

Ilustrando isso, observemos o exemplo (02).

(02)

Ao **definir** essas competências, **a BNCC reconhece** que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2018, p. 8, grifo nosso).

No excerto (02), o enunciador apresenta que a BNCC, ao definir as competências gerais para a educação básica, reconhece que a educação deve se pautar no desenvolvimento da consciência social de um indivíduo, tal como a preservação da natureza, a transformação da sociedade, o conhecimento e o respeito das etnias etc. Dentro desse viés, o discurso é o modo de sustentação da estrutura institucional entre governo e sociedade que, por meio da escola, auxilia na formação dos cidadãos.

Na visão sistêmico-funcional, temos a seguinte classificação.

(a) Ao definir [**processo mental**] essas competências, a BNCC [**experenciador**] reconhece [**processo mental**] que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas [**oração projetada - fenômeno**].

Os processos mentais (definir e reconhecer) exprimem o interesse de que aconteça, de fato, uma formação progressiva e que esteja alinhada aos interesses sociais emergentes por meio do experenciador desse processo, a BNCC. Com isso, outras vozes (ONU e do Caderno de Educação em Direitos Humanos) são projetadas com o intuito de que a proposição apresentada seja ampliada na tentativa de resolver o problema social indicado, acentuando o caráter dialógico do texto do documento.

Esse modo de intertextualidade atribui, especificamente, o que Fairclough (2003) aponta ser um limite forte e claro entre o discurso e a escrita do pensamento que é relatado para substantiar a proposição, tentando reduzir e minimizar as diferenças. Esse recurso, segundo o autor, pode ser considerado



um instrumento estratégico e retórico como forma de motivar e divulgar amplamente a opinião pública na política contemporânea e na governança.

Dessa forma, o texto é considerando um gênero do discurso visto que a comunicação acontece a fim de que haja um olhar determinado para uma especificidade particular que, neste caso, situa-se na implementação da BNCC como auxílio da construção curricular com competências definidas para a formação humana. Ainda, é um gênero situado porque pontua o motivo pelo qual o texto é produzido, que carrega vozes que tentam, diante das estruturas e os eventos sociais, manter ou distanciar a hegemonia e o poder da educação brasileira.

Já a noção de gênero de governança também advém dos pensamentos de Fairclough (2003) pois, em uma estrutura analítica, a representação do mundo, via gênero, acontece por meio de uma recontextualização entre o todo e o particular, porque cada indivíduo recontextualiza os gêneros e os discursos a partir das suas vivências, pensamentos, crenças, valores, identidades dentre outros.

Para exemplificar, vejamos o exemplo (03).

(03)

A aprendizagem de **qualidade** é uma **meta** que o País deve perseguir incansavelmente, e **a BNCC é uma peça central nessa direção**, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes (BRASIL, 2018, p. 5, grifo nosso).

Nesse excerto é notável a não dialogicidade, excluindo outras vozes que podem confirmar ou refutar o pensamento mobilizado a fim de reforçar o papel do documento no processo central de mudança educacional. Nesse sentido, conforme Fairclough (2003), podemos dizer que há traços que apontam o fazer, de como governar a maneira como as coisas serão feitas.

Analisemos, pelo viés sistêmico-gramatical, o trecho (03) extraído da BNCC.

(a) [...] e a BNCC [portador] é [processo relacional atributivo] uma peça central nessa direção [atributo], em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes [atributo circunstancial de razão].

O excerto (03) sustenta estruturas socioeducacionais que não valorizam o papel da escola e da educação ao longo dos anos. Dessa forma, há uma atribuição relacional de que somente com a BNCC a educação terá condições de melhoria, principalmente a mudança de postura perante o Ensino Médio, uma das maiores preocupações atuais, reforçado pelo atributo circunstancial de razão, mobilizando, mais uma vez, uma voz governamental, ideológica, hegemônica que se camufla pelo texto da Base.

Seguindo esse pensamento, vale destacar que as orações relacionais podem ajudar na criação de cenários, que contribuem para a definição e para a estruturação de conceitos sociais moldados por vozes hegemônicas que são possíveis, na visão de Fairclough (2003), de governar as práticas sociais.

Dessa maneira, a BNCC pode ser considerada um gênero situado de governança porque, além de nortear as práticas escolares, possui o propósito comunicativo, a finalidade, a função social de recontextualizar, na forma de uma educação gerencial, o modo como o trabalho deve acontecer e que tipo de cidadão devemos formar.

Assim, os excertos (02) e (03) se contrapõem, mas, ao mesmo tempo, são semelhantes porque acentuam o caráter discursivo do gênero situado de governança pela forma de governar as ações educacionais, ao definir que a Base é o caminho, entretanto busca outras vozes como forma de projetar a tentativa (e não a certeza) de que a BNCC resolverá o problema socioeducacional.

Partindo desse pensamento, é válido dizer que os gêneros contribuem para compreendermos como os discursos são produzidos dentro de um contexto social, pois carregam e incorporam elementos específicos de certos eventos sociais, selecionados pelo sujeito, que incluem ou excluem informações, emoções, ações e situações a fim de garantir que a mensagem seja transmitida e interpretada conforme a intenção comunicativa.

Conforme Fairclough (2003, p. 139)

Esses princípios fundamentam as diferenças entre a maneira como um determinado tipo de evento social é representado em diferentes campos, redes de práticas sociais e gêneros. Elementos de eventos sociais são seletivamente ‘filtrados’ de acordo com tais princípios de recontextualização (alguns são excluídos, alguns incluídos e recebem maior ou menor destaque). Esses princípios também afetam o modo como os eventos sociais, de maneira concreta ou abstrata, são representados, se e como os eventos são avaliados, explicados, legitimados e a ordem em que os eventos são representados.

Para que em um gênero haja a evidência de alguma prática discursiva, é necessário, portanto, que o enunciador recontextualize e organize o discurso de forma a naturalizar os desejos, os princípios e as intenções dentro de determinados contextos sociais. Assim, é possível compreender o discurso como uma forma de interação com o meio social, além de observar os modos de agir e de interagir, considerando a maneira pela qual os textos são construídos e descrevem a realidade social.

Fairclough (2003) assinala que o gênero é um importante meio para que a estrutura governamental da sociedade, como governos, empresas etc., possam sustentar as práticas sociais de chefia entre essas instituições e a sociedade. Desse modo, o termo “governança”, segundo ele, é baseado nas ideias de Jessop (1998), ao indicar o modo de administração e de regulamento, que são combinadas aos modos de governar, direcionando como a sociedade contemporânea deve fluir, evitando os efeitos unilaterais do Estado.

Nesse sentido, de acordo com o estudioso britânico,

Os gêneros de governança são caracterizados pelas propriedades específicas de contextualização - a questão dos elementos de uma prática social dentro de outra, colocando a primeira no contexto da segunda e transformando-a de maneiras particulares no processo (Bernstein 1990, Chouliaraki e Fairclough 1999) (Fairclough, 2003, p. 32).

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 144) pontuam que os gêneros são um “[...] mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos”. Essa ordenação do discurso está relacionada ao modo como as práticas sociais estão organizadas e reguladas pelo gênero, que é entendido dessa forma, como um mecanismo que controla e funciona como um meio de governança a fim de estabilizar a estrutura discursiva de certos indivíduos e instituições da sociedade contemporânea.



A ordem do discurso é vista por Fairclough (2003) como uma interdiscursividade, ou seja, um *mix* de gêneros, discursos e estilo, no que tange à organização textual-discursiva. O gênero, portanto, é visto como uma forma de ação particular em que se realizam relações semânticas das quais são moldadas por essa ordem do discurso (gênero, discurso e estilo). Já os discursos são moldados à natureza do gênero e do estilo proposto a fim de atingir propósitos comunicativos e argumentativos específicos.

Essa busca por uma estabilidade discursiva, na verdade, é concedida pelos gêneros de governança mais como uma forma de garantir que os seus pensamentos, desejos e discursos prevaleçam, como uma ação responsiva enunciator e interlocutor. Fairclough (2003) assevera que esses gêneros contribuem para interligar diferentes momentos da vida social, local, nacional, regional e global em diferentes tempos e espaços.

Fairclough (2003, p. 217) aponta que

[...] a governança real da sociedade contemporânea pode ser vista como uma mistura de três formas: mercado, hierarquia e rede. Existem gêneros específicos de governança especializados em recontextualizar elementos de uma prática social dentro de outra e transformar esses elementos de maneiras particulares (por exemplo, relatórios oficiais). Mudanças na governança dependem de mudanças nos gêneros e nas cadeias de gêneros.

Partindo dessa visão, as práticas discursivas, proferidas dentro de uma instituição ou organização voltada para a gestão ou regulamentação de certas práticas sociais, por exemplo, buscam alternativas para neutralizar as imposições hierárquicas de mercado tão comuns dentro da sociedade, colocando-as de forma dialógica e deliberada nos discursos que circulam em nosso meio.

Dessa forma, os significados, as ordenações do discurso e as recontextualizações acontecem sempre que há necessidade de uma nova governança em sociedade com o intuito de neutralizar a colonização imposta pela política dominante naquele tempo e espaço social. Nesse viés, as contribuições de Fairclough potencializaram as possibilidades de compreensão discursiva do mundo em que vivemos.

## **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enquanto um gênero de governança**

Estudos como o de Malanchen e Santos (2020) mostram que a BNCC vai de encontro ao compromisso social e coletivo de formar cidadãos críticos, reflexivos, atuantes, com visão de mundo mais ampla e que sabem direcionar seus posicionamentos discursivos a quaisquer temas.

Isso acontece porque alguns ideais, impostos pelos grupos “dominantes” que são contrários ao debate sobre ideologia de gêneros, a defesa do criacionismo nas escolas e a volta do Patriarquismo por exemplo, podem ser questionados e, talvez, dominados por nós, seres pensantes e formadores (formados) pelas discussões científicas.

Partindo disso, para autores como Sacristán (2013), Apple (2008) e Freire (1980), o contexto escolar deve ser compreendido como um espaço de múltiplos conhecimentos, aprendizagens e construções sociais sem que haja uma força reguladora que vai, como dito, ao contrário da formação de indivíduos críticos, reflexivos e capazes de utilizar dos conhecimentos para modificar a realidade a sua volta.

Esses ideais parecem utópicos, mas, podemos afirmar que o currículo é um dos mecanismos em que toda essa aprendizagem pode ser pensada e materializada. Nesse sentido, no contexto brasileiro, a BNCC vem como um documento com o poder de tentar mudar uma realidade que, por anos, se encontra engessada em propostas que, segundo Sacristán (2013, p. 24), expressam “forças, interesses ou valores e preferências da sociedade, de terminados setores sociais, das famílias, dos grupos políticos etc.”.

Vejamos os excertos (04) e (05).

(04)

Por se constituir em uma **política nacional**, a implementação da BNCC **requer**, ainda, o **monitoramento pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área** – CNE, Consed e Undime. Em um país com **a dimensão e a desigualdade do Brasil**, a permanência e a sustentabilidade de um projeto como a BNCC **dependem** da **criação** e do **fortalecimento** de instâncias técnico-pedagógicas nas redes de ensino, priorizando aqueles com menores recursos, tanto técnicos quanto financeiros. **Essa função deverá ser exercida pelo MEC, em parceria com o Consed e a Undime, respeitada a autonomia dos entes federados**. A atuação do MEC, além do apoio técnico e financeiro, deve incluir também o fomento a inovações e a disseminação de casos de sucesso; o apoio a experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de **acesso a conhecimentos e experiências de outros países**; e, ainda, o fomento de **estudos e pesquisas sobre currículos** e temas afins (Brasil, 2018, p. 21, grifo nosso).

No excerto (04), percebemos que o texto busca dialogar com o interlocutor a fim de que mostrar uma implementação menos impositiva daquelas experiências que devem ser vivenciadas pelo educando ao longo da sua vida escolar. Nesse caminho, é possível perceber que é por meio do gênero discursivo que a interação pode acontecer construindo relações sociais particulares (aqui, entre a organização que busca implementar a Base e os atores escolares – alunos e professores).

Outro ponto a ser destacado é que, enquanto um gênero, a BNCC vai atuar como uma forma de homogeneização discursiva no campo educacional, pois utiliza-se do contexto de cultura para garantir a eficácia dessa implementação porque, no Brasil, só é possível implementar aquilo que é garantido por lei.

Nesse sentido, a sua forma composicional é flexível, utilizando uma linguagem dialógica, mas que, partindo desse cenário, há a tentativa da consolidação da nova ordem social. Como afirma Bakhtin (2006), a escolha de um gênero não é arbitrária, mas sim motivada.

Assim, mediante o exposto, é possível afirmar que a BNCC é um gênero situado de governança, pois tem o propósito comunicativo, a função social e a finalidade de direcionar a construção dos currículos educacionais brasileiros a fim de indicar as competências mínimas a serem desenvolvidas pelos estudantes visando o exercício da cidadania e do mercado de trabalho.

Todos os objetivos da Base estão pautados em características relativamente estáveis, linguísticas e textuais, que fazem dela um gênero sociocomunicativo com o intuito de manter um problema social, conforme iniciei apresentando neste capítulo e ao longo do texto.

Conforme aponta Fairclough (2003, p. 75),

Considere, por exemplo, a comunicação entre organizações e indivíduos é difundida na vida social contemporânea, na publicidade, no governo e assim por diante. Podemos dizer, sociologica-

mente falando, que a comunicação entre organizações e indivíduos é elevada tanto na hierarquia social (as organizações tendem a exercer poder sobre os indivíduos) quanto na distância social (as organizações operam em escalas nacionais, regionais ou globais, enquanto os indivíduos ocupam locais específicos). Na verdade, o novo capitalismo é caracterizado pelo poder crescente das organizações que operam em escalas cada vez mais globais sobre os indivíduos<sup>3</sup>.

Nesse caminho de compreensão discursiva, podemos observar que Fairclough (2003) traz alguns apontamentos importantes e que podem refletir no excerto (04). A ordenação comunicativa entre o MEC e os professores, gestores e alunos começa a ser delineado por meio do gênero documento oficial, neste caso, denominado Base Nacional Comum Curricular.

Como sabemos, o processo de construção desse documento teve a contribuição de especialistas e comunidade em geral, mas que, na sua última versão, houve um retrocesso quanto às contribuições já implementadas para a versão final. Portanto, essa comunicação é difundida pelo governo pela Base, o que nos leva a refletir uma possível elevação hierárquica do que devemos seguir a partir de agora.

Ainda assim, é possível perceber, com essa hierarquização, a governança que será exercida por esse gênero discursivo na difusão da formação pelas competências e, ainda, na preparação para o trabalho.

Como apresentado no excerto (04), a colocação lexical da palavra **trabalho** antes do que podemos reconhecer como **cidadania** pode ser considerada como um reforço àquilo que se deve enfatizar primeiro, pois, quando queremos listar prioridades, colocamos no topo aquelas que mais queremos desenvolver, reforçadas pelo contexto sociopolítico em que o Brasil vive atualmente. Ainda, é possível indicar que há uma recontextualização, incorporando o papel do trabalho acima da cidadania, no contexto desse evento social.

Vejamos o excerto (05).

(05)

[...] quando a **realidade** é a **referência**, é preciso levar em conta as **vivências cotidianas** dos estudantes do Ensino Médio – **impactados** de diferentes maneiras pelos **avanços tecnológicos**, pelas **exigências do mercado de trabalho**, pelos **projetos de bem viver dos seus povos**, pela potencialidade das mídias sociais, entre outros. (BRASIL, 2018, p. 528, grifo nosso).

No excerto (05), é reforçada a ideia da formação e da preparação para o mundo do trabalho pelos estudantes a fim de que eles sejam impactados, nas suas vivências, pelas situações emergentes do mundo tecnológico voltados ao mercado de trabalho como projeto de vida. Assim, o modo como é valorizada a realidade e as vivências cotidianas reforçam a adoção de uma formação em consonância com os interesses das organizações e dos governantes como um bem social.

<sup>3</sup> Consider for instance communication between organizations and individuals, which is pervasive in contemporary social life, in advertising, government, and so forth. We might say, sociologically speaking, that communication between organizations and individuals is high in both social hierarchy (organizations tend to exercise power over individuals) and social distance (organizations operate on national, regional or global scales whereas individuals occupy specific locales). Indeed, new capitalism is characterized by the increasing power of organizations operating at increasingly global scales over individuals (Fairclough, 2003, p. 75).

Essa afirmação pode ser sustentada quando Eggins e Martin (1997) afirmam que os gêneros buscam representar discursos únicos, diferentes uns dos outros, seja por meio dos componentes formais da constituição textual (como trazido no parágrafo anterior: a possibilidade de um destaque temático – aquilo que vem em primeiro lugar no enunciado -) ao conhecimento assumido (ao invés de léxico técnico, vocabulário cotidiano é usado – ex.: [...] viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo [...]).

Vale salientar que, se é via linguagem que os indivíduos expressam suas forças, seus interesses, seus pensamentos, seus desejos, solicitam bens e serviços e demandam algo, por exemplo, o discurso é a prática que formaliza essas características e modulam como serão vinculados os saberes, os posicionamentos e as relações sociais. Segundo Foucault (1999, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Portanto, é possível afirmar que a BNCC pode ser considerada um gênero discursivo de governança (Fairclough, 2003) porque compreendemos, ainda mais, a relação entre, por exemplo, governo e empresas, que estão à serviço da governança da sociedade. O estudioso aponta que a palavra “governança” é utilizada em um sentido amplo, porque aponta uma atividade de uma instituição ou organização específica com a finalidade de administrar ou regular uma (ou uma rede) de práticas sociais (Fairclough, 2003).

Assim, esses agentes dominadores utilizam-se dos diversos gêneros que circulam em nossa sociedade para gerenciar nossa vida social e tudo que nos cerca a fim de evitarem a decadência dos mercados e as hierarquias que são impostas de cima para baixo pelos Estados.

Partindo desse contexto, Fairclough (2003, p. 32) assinala que

Os gêneros de governança são caracterizados por propriedades específicas de recontextualização - a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outra, colocando a primeira inserida no contexto da segunda, e transformando-a em formas particulares no processo de governar <sup>4</sup>.

Na BNCC, há a defesa da construção de currículos que desenvolvam competências e habilidades, por parte do educando, que o prepare para as realidades do mercado de trabalho, deixando de lado o conhecimento científico que o faz conhecer as diversas áreas do conhecimento, como Filosofia, Arte, Linguagens e Ciência, que o auxilia planejar o futuro.

Ainda, para autores como Freitas (2018), Macedo (2018) e Peroni et al (2019), a BNCC foi construída para ser um campo de disputa pela (falsa) qualidade da educação, mas como uma forma submissa entre os desejos dos setores mercadológicos públicos e privados. Portanto, a educação brasileira passa a ser o alvo desses setores, pois elas podem influenciar e evidenciar o conteúdo dos currículos com a finalidade de direcionar as políticas educacionais e, consequentemente, a formação do cidadão.

Assim, é possível afirmar que, de acordo com Fairclough (2003), os gêneros de governança são produzidos para governarem as práticas sociais a distância por instituições que medeiam a circulação

<sup>4</sup> *The genres of governance are characterized by specific properties of contextualization – the appropriation of elements of one social practice within another, placing the former within the context of the latter, and transforming it in particular ways in the process* (Fairclough, 2003, p. 32).

de conhecimento em quaisquer instâncias (social ou acadêmico), como acontece na BNCC. O estudioso britânico ainda aponta que os gêneros de governança são aqueles que “[...] figuram em fazer as coisas ao invés de governar a maneira como as coisas são feitas”<sup>5</sup> (Fairclough, 2003, p. 32).

Ainda nesse caminho, os discursos presentes no documento parecem-nos fortificar a colonização da sociedade para os mercados, como trazido no excerto (05). Partindo disso, Fairclough (2003) assinala que os gêneros de governança são importantes para sustentar o vínculo entre o particular e o local ao nacional, regional, global e geral. Nesse sentido, há uma busca de reguladores discursivos que selecionam e privilegiam os discursos que devem circular ou não e quais sentidos desencadear nos interlocutores.

Isso só é possível por meio dos recursos linguísticos que o produtor textual dispõe da língua, sejam eles verbais ou não verbais. Tal governança é perceptível no atual governo brasileiro onde as ações são mediadas, segundo Fairclough (2003, p. 34), a distância, ou seja, “os gêneros de governança são essencialmente mediados, especializados em ‘ação a distância’. [...]”

Como aponta Fairclough (2003, p. 34)

O que geralmente é chamado de ‘mídia de massa’ é, alguém poderia argumentar, parte do aparato de governança - um gênero de mídia como o noticiário da televisão recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como política e governo, e por sua vez é recontextualizado nos textos e interações de diferentes práticas, incluindo, crucialmente, a vida cotidiana, onde contribui para moldar a forma como vivemos e os significados que atribuímos a nossas vidas [...] <sup>6</sup>.

Nesse contexto, fica evidente que, segundo o autor, alguns gêneros têm o poder de controlar os discursos que são veiculados sobre eles, além das práticas sociais que os circundam e, ainda, a recontextualização de outras práticas sociais.

A BNCC, enquanto um gênero de governança, materializa “um produto de um processo industrial/mercadológico, administrativo/governança e de ensino-aprendizagem” dentro dessas práticas sociais indicadas. Assim, reforçamos a necessidade de também analisar discursos acadêmicos e midiáticos a fim de compreender os discursos que são vinculados em diferentes contextos sociais.

Partindo disso, é possível afirmar que as práticas sociais acontecem porque há uma ordem do discurso pelo qual há uma estrutura institucional da sociedade que governa, por meio do gênero, o modo de interagir e agir em sociedade. Diante disso, o viés sociológico ganha espaço porque o indivíduo deve manipular seu discurso e suas formas de linguagem para atingir o propósito comunicativo, além de atender às regras sociais impostas a nós.

Nesse caminho, percebemos que a BNCC vem sendo apresentada como uma forma implícita de tentar garantir subsídios para a elaboração de currículos com vista à preparação para o mundo do trabalho e os projetos de vida dos estudantes. Para isso, o princípio norteador de todo o documento é a ne-

<sup>5</sup> [...] which figure in doing things rather than governing the way things are done (FAIRCLOUGH, 2003, p. 32).

<sup>6</sup> The genres of governance are essentially mediated genres specialized for ‘action at a distance’ [...]. What are usually referred to as ‘the mass media’ are, one might argue, a part of the apparatus of governance – a media genre such as television news recontextualizes and transforms other social practices, such as politics and government, and is in turn recontextualized in the texts and interactions of different practices, including, crucially, everyday life, where it contributes to the shaping of how we live, and the meanings we give to our [...] (Fairclough, 2003, p. 34).



cessidade de reestruturar os componentes curriculares às realidades sociais particulares desses alunos. Seleccionamos mais um trecho da BNCC para análise.

(06)

No Brasil, **um país caracterizado pela autonomia** dos entes federados, acentuada **diversidade cultural e profundas desigualdades sociais**, **os sistemas e redes de ensino devem construir currículos**, e **as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes**, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BRASIL, 2018, p. 15, grifo nosso).

- (a) [...] os sistemas e redes de ensino [ator] devem construir [processo material] currículos [meta], e as escolas [ator] precisam elaborar [processo material] propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes [circunstância de papel - produto] [...]

Como apresentado no excerto (06), é dever dos sistemas e das redes de ensino, por meio das suas construções curriculares, assegurar a conexão entre o local e o particular ao nacional, regional e ao global para que os estudantes sejam capazes de compreender seus papéis e suas identidades no contexto em que vivem. Dessa forma, há uma isenção, por parte do Estado, de garantir às escolas essas possibilidades de conexão e a liberdade de se trabalharem temas que, de fato, garantam tais virtudes.

Na visão da gramática sistêmico-funcional, o excerto (06) está todo centrado na construção dos currículos, visto que é ele quem será afetado pelos processos materiais, conhecidas como orações do “fazer e acontecer”. Já o elemento circunstancial reforça o papel a quem é atribuído a necessidade de mudança incentivada pelo interesse dos estudantes.

Entretanto, como saber quais são os interesses desses que são atores principais do processo? Essas necessidades, desejos, anseios são mensurados por qual instrumento? Assim, no exemplo (06), há o reforço de um discurso hegemônico que governa sob o interesse daqueles que realmente são atores centrais no processo de formação.

Portanto, os sistemas e redes de ensino, presentes nesse contexto, são vistos como imprescindíveis, muito mais do que os estudantes, para que o processo aconteça, visto que têm autonomia para elaborar as propostas pedagógicas.

Contudo, como a BNCC tem uma finalidade, uma função social, um propósito comunicativo que fazem dela um gênero discursivo, o modo como é constituído a relação entre as estruturas sociais (governo – escola) caracterizam o documento normativo como uma forma de governar as estruturas sociais, visto que, mesmo certa autonomia, são as hegemonias dominantes é quem direcionam o caminho que deve ser seguido.

Nesse contexto, Fairclough (2003) aponta que os gêneros de governança é quem são os responsáveis por conectar as diferentes camadas particulares ao global. Mediante seu caráter de gerenciamento, o autor afirma que

[...] os gêneros são importantes para sustentar não só as relações estruturais entre, por exemplo, a academia e a empresa, mas também as relações escalares entre o local, o nacional, o regional (por exemplo, a União Europeia) e o ‘global’. Portanto, as mudanças nos gêneros



são pertinentes tanto à reestruturação quanto ao redimensionamento da vida social no novo capitalismo<sup>7</sup> (Fairclough, 2003, p. 33-34).

Considerando o exposto, podemos caracterizar a BNCC como um gênero situado de governança primeiro por ser produzindo dentro de um contexto sócio-histórico de mudanças marcadas pela globalização influenciando as escolhas e o modo de agir dos agentes governamentais, refletindo no modo de pensar e de agir da sociedade. Dessa forma, a característica normativa do documento representa e molda como será representada a realidade a partir do momento que ela seja implementada.

Por fim, a BNCC enquanto um gênero de governança reforça a ideia de uma educação como mercadoria, principalmente pautadas pelo novo capitalismo e a necessidade de colonização de novas áreas da vida social. Conforme Fairclough (2003, p. 33), “[...] dentro do novo capitalismo, vilas e cidades individuais precisam se promover para atrair investimento”. Assim, o único meio de interligar diferentes escalas (empresas, organizações – indivíduos) é por meio do gênero discursivo que, nesse caso, está imbricado na escola, no ensino, na formação do ser humano.

## Considerações finais

Foi possível identificar que a BNCC é um gênero de governança que molda a elaboração dos currículos e, conseqüentemente, na forma de ensinar e no que devemos ensinar. Ainda, neste estudo, conseguimos evidenciar os discursos de governança que a BNCC traz, pois, implicitamente, evidencia o foco das mudanças, que acontecerão por meio do enfoque nas aprendizagens essenciais, indicadas pelas competências e habilidades trabalhadas em cada componente curricular, voltadas para o mercado de trabalho. Esses valores estão acima, inclusive, da preocupação de manter o aluno na escola e criar as condições mínimas de estudo.

Entretanto, o que está implícito é muito mais preocupante, pois sustenta a formação do sujeito, como um indivíduo que busca como ideal a entrada no mercado de trabalho, como única forma de sucesso, reproduzindo pensamentos, ideologias e valores mercadológicos, pois a educação é tratada dessa forma.

Considerando a conjuntura sociopolítica e educacional em que vivemos e o processo de construção, de elaboração e de solidificação curricular observado ao longo dos anos, essas discussões ainda deverão estar cada vez mais vivas, visto que a educação está, atualmente, deslegitimando o conhecimento científico, a formação crítica e visionária do indivíduo, dando lugar a uma formação cada vez mais tecnicista, elitizada e voltada aos anseios da hegemonia dominante.

## Referências

APPLE, Michael Whitman. *Ideologia e currículo*. 4ª edição. São Paulo: Artmed, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

<sup>7</sup> [...] genres are important in sustaining not only the structural relations between, for example, the academy and business, but also scalar relations between the local, the national, the regional (e.g. the European Union) and the ‘global’. So changes in genres are germane to both the restructuring and the rescaling of social life in new capitalism (Fairclough, 2003, p. 33-34).

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bnc-c-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bnc-c-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 5 mai. 2020.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

EGGINS, Suzanne. MARTIN, James Robert. Genre and registers of discourse. IN: VAN DIJK, Teun Adrianus (Ed.). *Discourse as structure and process*. London: Sage, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAS, Luis Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaya. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford/Geelong: OUP/Deakin University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edgard Arnold, 1978a.

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. *Social Semiotics*. London: Polity Press, 1988.

JESSOP, Bob. The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International social science journal*. Volume 50, Issue 155, March 1998, p. 29-45. Acesso em: 14 abril 2022. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2451.00107>> DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00107>.

MACEDO, Elizabeth. “A base é a base”. E o currículo o que é? In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes. *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, p. 28-33, 2018.

MALANCHEN, Julia; SANTOS, Silvia Alves dos. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a base nacional curricular comum e a pedagogia das competências. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 20, p. e020017, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8656967>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967> . Acesso em: 22 jun. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, LISETTE REGINA GOMES. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 35-56, janeiro 2019. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2447-41932019000100035&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000100035&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 03 maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.93094>.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. p. 16-37.

*Submetido:* 22/06/2022

*Aceito:* 06/06/2023